

Formação Técnica dos Agentes Comunitários de Saúde no Brasil: trajetórias, desafios e interfaces com a educação em ciências para a promoção da saúde

Elizabeth Muriel Alfonso¹
Ananias Noronha Filho²

RESUMO: Este artigo examina a trajetória histórica da formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no Brasil, destacando os avanços e desafios que marcam esse processo. A análise considera a evolução das políticas públicas e programas formativos, com atenção especial às iniciativas mais recentes, como o *Saúde com Agente* e o *Mais Saúde com Agente*. Além dos aspectos pedagógicos, estruturais e socioculturais, discute-se a relevância da Educação em Ciências como eixo fundamental para a prática profissional, contribuindo para a compreensão crítica dos determinantes sociais da saúde. Evidencia-se, ainda, a importância de uma formação integrada à realidade dos territórios como estratégia de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de promoção da qualidade de vida nas comunidades.

Palavras-chave: Agentes Comunitários de Saúde; Formação Técnica; Educação em Ciências; Políticas Públicas de Saúde; Promoção da Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS).

ABSTRACT: This article examines the historical trajectory of the technical training of Community Health Workers (CHWs) in Brazil, highlighting the main advances and challenges throughout this process. The analysis considers the evolution of public policies and training programs, with special attention to recent initiatives such as *Saúde com Agente* and *Mais Saúde com Agente*. In addition to pedagogical, structural, and sociocultural aspects, the study emphasizes the relevance of Science Education as a key component of professional practice, fostering a critical understanding of the social determinants of health. The findings underscore the importance of training programs that are integrated with local realities as a strategy to strengthen the Brazilian Unified Health System (SUS) and to improve the quality of life in communities.

Keywords: Community Health Workers; Technical Training; Science Education; Health Public Policies; Health Promotion; Unified Health System (SUS).

¹ Discente da Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. E-mail: arcoirismuriel@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2838104908641231>

² Professor do Campus Boa Vista, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Doutor em Políticas Públicas. E-mail: anfrr@ifrr.edu.br. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3860984467407679>

1. INTRODUÇÃO

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel essencial no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsáveis por estabelecer o vínculo entre a população e os serviços de saúde. Atuando diretamente nos territórios, os ACS conhecem as realidades locais, promovem ações educativas e articulam demandas para fortalecer a atenção básica. A formação técnica desses profissionais tem se transformado significativamente, especialmente nos últimos anos, com iniciativas como os programas *Saúde com Agente* e *Mais Saúde com Agente*, que buscam integrar a Educação em Ciências da Saúde ao cotidiano do trabalho em saúde pública.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os principais desafios e avanços na capacitação e formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), considerando sua relação com a Educação em Ciências e com a promoção da saúde comunitária. A questão central que orienta este trabalho é: de que forma os processos de capacitação e formação técnica dos ACS, ao longo do tempo, têm incorporado elementos da Educação em Ciências, e quais desafios e avanços podem ser identificados nesse percurso? Nesse sentido, busca-se identificar quais componentes da Educação em Ciências já se mostraram indispensáveis para a formação dos ACS — como epidemiologia, saúde ambiental, anatomia e fisiologia, saneamento e vigilância em saúde —, bem como refletir sobre aqueles que ainda precisam ser mais explorados, tais como metodologias ativas de ensino de ciências, abordagem crítica dos determinantes sociais da saúde e integração entre saberes científicos e populares. A análise pretende evidenciar como o fortalecimento desses elementos pode ampliar o fazer pedagógico e comunitário do ACS, contribuindo para práticas educativas mais eficazes na promoção da saúde junto às famílias e territórios em que atuam.

A justificativa para a realização desta pesquisa está diretamente vinculada à minha trajetória profissional e acadêmica. Atuo como Agente Comunitária de Saúde, experiência que me proporcionou contato direto com a realidade dos territórios e o conhecimento das demandas de saúde das comunidades. Além disso, atuei como tutora nos programas Saúde com Agente e, atualmente, no programa Mais Saúde com Agente, experiências que me permitiram observar de perto os desafios, avanços e limitações dos processos formativos dos ACS, bem como a relevância da Educação em Ciências para o exercício da profissão.

Minha trajetória profissional e acadêmica converge para o mesmo propósito: compreender e fortalecer a formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A pesquisa de doutorado em andamento tem como foco analisar as interfaces entre capacitação

profissional, práticas educativas e ensino de Ciências no contexto da promoção da saúde, evidenciando como esses elementos se articulam para consolidar uma formação crítica e transformadora. A escolha desse tema está vinculada à necessidade de investigar de que maneira políticas públicas, programas de formação e estratégias pedagógicas podem qualificar a atuação dos ACS, valorizando tanto a dimensão científica, expressa em conteúdos de Educação em Ciências — como epidemiologia, saúde ambiental e fisiologia —, quanto a dimensão educativa, sustentada em metodologias participativas e dialógicas. Essa análise busca oferecer subsídios para o aprimoramento da formação inicial e continuada dos ACS, contribuindo para práticas educativas mais integradas ao território e alinhadas aos princípios do SUS.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Interface entre Educação e Saúde

A interface entre educação e saúde revela-se um campo teórico-prático central para a formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pois articula concepções sobre educação em saúde com as condições de trabalho e os modos de atenção vigentes na Atenção Básica. Estudos com equipes da Estratégia Saúde da Família indicam que existem concepções diversas sobre o que é “educar em saúde” — que vão desde ações informativas pontuais até práticas dialogais e problematizadoras — e que essas concepções influenciam diretamente as práticas cotidianas; além disso, a organização do trabalho e o modelo de atenção operam como condicionalidades que podem transformar a educação em saúde em mera técnica de rotina ou, alternativamente, em prática emancipadora.

De acordo com Dias (2024), na análise do conteúdo das falas de ACS, foi identificado que esses profissionais reconhecem diferentes processos formativos, institucionalizados ou não, que compuseram suas trajetórias, dentre esses o ensino médio, foi apontado enquanto parte da formação destes trabalhadores, destacando os conteúdos da área de ciências da natureza e suas tecnologias.

A partir dessa análise, faz-se necessário que os PPCs incorporem não só conteúdos técnico-científicos (epidemiologia, vigilância, saúde ambiental), mas também princípios pedagógicos que promovam a mediação entre saberes técnicos e saberes populares, metodologias ativas e instrumentos de avaliação que valorizem a prática educativa comunitária. Em termos formativos, ensinar ciências sob a perspectiva da cidadania reforça a

função transformadora da ação do ACS, preparando-o para ler criticamente o território e intervir de forma pedagógica e política nas condições de vida das populações.

No estudo realizado por Pinafo *et al.* (2011), observa-se que as concepções de educação em saúde presentes nas equipes da Estratégia Saúde da Família oscilam entre uma visão tradicional, centrada na transmissão de informações, e uma perspectiva problematizadora, que busca valorizar o diálogo e a participação dos sujeitos. Essa dualidade revela como a prática educativa em saúde pode ser tanto um instrumento de reprodução de modelos biomédicos, quanto um caminho para a construção coletiva de saberes, mais próximo da pedagogia freireana. Tal constatação reforça a necessidade de que os Programas Pedagógicos de Curso destinados à formação dos Agentes Comunitários de Saúde incorporem princípios da Educação em Ciências que estimulem a reflexão crítica, a autonomia e a transformação da realidade vivida nas comunidades.

2.2 Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas educacionais desempenham um papel crucial na formação de profissionais de saúde no Brasil, estabelecendo as diretrizes e os padrões de qualidade para o ensino na área. Elas são responsáveis por garantir que os currículos dos cursos da área saúde estejam alinhados às necessidades do Sistema Único de Saúde, focando não apenas no conhecimento técnico, mas também no desenvolvimento de habilidades interpessoais, ética e humanização. A implementação de políticas como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos da saúde, por exemplo, busca assegurar uma formação mais generalista, que prepare o futuro profissional para atuar em diferentes níveis de atenção, do primário ao terciário, e para enfrentar os desafios complexos da realidade do país.

Além de moldar a estrutura curricular, as políticas públicas educacionais promovem a equidade e a inclusão social no acesso à educação em saúde. Programas de financiamento estudantil e ações afirmativas, como o **Programa Universidade para Todos (ProUni)** e as cotas sociais e raciais, ampliam as oportunidades para estudantes de baixa renda ou de grupos historicamente marginalizados. Essa democratização do acesso não só enriquece o ambiente acadêmico com diversas perspectivas, mas também contribui para a formação de um corpo de profissionais de saúde mais representativo da sociedade brasileira, que compreende e se identifica melhor com as populações que atende, reduzindo desigualdades de acesso e qualidade dos serviços de saúde.

A importância dessas políticas se estende ao incentivo à pesquisa e à inovação. Políticas de fomento à pesquisa em instituições de ensino, financiadas por órgãos como a

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), são fundamentais para que os futuros profissionais de saúde sejam expostos a práticas baseadas em evidências e participem da produção de novos conhecimentos. Essa base científica fortalece a capacidade dos profissionais de tomar decisões clínicas informadas, de se adaptar a novas tecnologias e de contribuir para a melhoria contínua da assistência à saúde.

Podemos, desta forma, inferir que as políticas públicas educacionais são o alicerce que sustenta a formação de profissionais de saúde qualificados e engajados com as necessidades da população brasileira. Elas garantem uma formação de qualidade, promovem a equidade no acesso à educação e estimulam a produção de conhecimento científico. O sucesso na construção de um sistema de saúde robusto e acessível está intrinsecamente ligado à capacidade do Estado de investir e gerir de forma eficaz essas políticas, assegurando que a próxima geração de profissionais esteja preparada para os desafios do presente e do futuro, fortalecendo sobremaneira o SUS.

O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, constitui o principal marco da saúde pública no Brasil, estruturando-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. A partir da década de 1990, com a consolidação do SUS, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) passaram a ocupar um papel estratégico na Atenção Básica. Sua incorporação formal se deu por meio do Programa de Saúde da Família (PSF) em 1994, posteriormente renomeado Estratégia Saúde da Família (ESF), evidenciando a necessidade de uma formação técnica consistente e capacitação contínua para o desempenho de suas funções no território. Nesse contexto, a educação em saúde emerge como elemento central para fortalecer a promoção do bem-estar coletivo e a participação social na gestão da saúde (BRASIL, 1990).

A educação em saúde no Brasil consolidou-se, historicamente, a partir de uma perspectiva de educação popular, influenciada pela pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), que valoriza a prática dialógica, reflexiva e emancipadora. Os ACS, nesse cenário, assumem o papel de educadores populares, atuando na transformação social ao conectar o conhecimento técnico às experiências concretas das comunidades. Essa abordagem possibilita que a formação dos ACS vá além da instrução técnica, incorporando dimensões sociais, culturais e comunitárias que fortalecem a atenção primária à saúde (Dantas *et.al*,2020; Olinda, 2020).

A trajetória da formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) deve ser compreendida como parte do movimento mais amplo de valorização da Atenção Primária à Saúde (APS) no SUS, que busca articular educação, prática profissional e promoção da saúde

de forma integrada. A atuação desses profissionais, respaldada por programas formativos estruturados, contribui para a implementação de ações educativas e preventivas, fortalecendo a capacidade das comunidades de se tornarem mais conscientes e protagonistas de sua própria saúde (Portal do Professor, 2025).

2.2.1 Marco Legal dos Agentes Comunitários no SUS

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi determinante para a institucionalização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Em 1991, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) foi implementado como estratégia inicial de inserção desses trabalhadores no território. Em 1994, com a criação do Programa Saúde da Família (PSF), posteriormente denominado Estratégia Saúde da Família (ESF), os ACS foram incorporados como profissionais estratégicos para a promoção da saúde. A Emenda Constitucional nº 51/2006 consolidou a inserção da categoria no art. 198 da Constituição, garantindo a legalidade e estabilidade do vínculo profissional. Esse marco histórico legitimou a atuação dos ACS como trabalhadores essenciais para a consolidação do SUS (SINDACS, 2024).

2.2.2 Programas Governamentais

A partir da década de 1990, os ACS passaram a contar com programas de formação específicos, mas foi apenas nos anos 2000 que a discussão sobre sua formação técnica ganhou maior destaque. Os programas *Saúde com Agente* (2022) e *Mais Saúde com Agente* (2024) representaram uma ampliação significativa ao oferecer formação técnica em escala nacional. Em parceria com instituições de ensino, como a UFRGS, os cursos passaram a incluir temas atualizados, como equidade em sexualidade e gênero, equidade racial e étnica, saúde mental e bucal, além de disciplinas eletivas como agroecologia, segurança alimentar, práticas integrativas em saúde e saúde dos povos dos campos, das florestas e das águas (BRASIL, 2024).

Esses programas ampliaram a oportunidade de formação técnica na modalidade EAD, democratizando o acesso e fortalecendo a interface entre a prática comunitária e a Educação em Ciências. Contudo, é necessário discutir por que os municípios não investiram de forma sistemática na formação técnica antes desse momento e por que as Escolas Técnicas do SUS não receberam apoio consistente do Ministério da Saúde para consolidar tal formação (Santos, 2023).

A formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) tem se transformado ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nas políticas públicas e nas demandas sociais e epidemiológicas do país. Inicialmente, os cursos oferecidos eram de curta duração, com enfoque nas práticas básicas de vigilância e prevenção em saúde. Entretanto, a partir de parcerias entre o Ministério da Saúde e instituições de ensino superior, em especial a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), houve uma ampliação significativa no acesso e na qualidade da formação dos ACS e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Essa parceria possibilitou a atualização curricular, contemplando temas que respondem às novas realidades de saúde da população brasileira.”

A formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) tem evoluído ao longo do tempo, acompanhando as mudanças nas políticas públicas, nas demandas sociais e nas necessidades epidemiológicas do país Delizoicov *et al.* (2012). Inicialmente, os cursos eram de curta duração e com foco em práticas básicas de vigilância e prevenção em saúde.

A partir de parcerias entre o Ministério da Saúde e instituições de ensino superior, especialmente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), houve uma ampliação significativa no acesso e na qualidade da formação dos ACS e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) (Santos,2023). Essa articulação possibilitou a atualização curricular, contemplando temas que respondem às novas realidades de saúde da população brasileira.

Entre os conteúdos incorporados recentemente destacam-se conceitos de equidade em sexualidade e gênero, bem como de raça e etnia, fundamentais para enfrentar desigualdades históricas no acesso à saúde. Além disso, foram incluídos tópicos como saúde mental e saúde bucal no contexto da Atenção Básica, ampliando a atuação dos ACS em dimensões muitas vezes invisibilizadas no cotidiano do trabalho em saúde. Outra inovação relevante foi a oferta de disciplinas eletivas relacionadas à agroecologia, hortas comunitárias e segurança alimentar, práticas integrativas e complementares em saúde e saúde dos povos do campo, da floresta e das águas. Esses elementos evidenciam uma formação que ultrapassa a dimensão biomédica, valorizando a diversidade cultural e territorial da sociedade brasileira (BRASIL, 2024).

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e caráter bibliográfico, fundamentado na análise de obras e documentos oficiais voltados à formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Foram analisados documentos

governamentais, Programas Pedagógicos de Curso (PPCs) de diferentes períodos e bibliografia especializada.

A opção pela pesquisa qualitativa e exploratória está alinhada à perspectiva de Bordam e Biklen (1994), que destacam a relevância dessa abordagem para compreender fenômenos sociais em sua complexidade e contexto. A análise bibliográfica segue os princípios de Gil (2008), que enfatiza a importância de examinar fontes primárias e secundárias para a construção de conhecimento crítico sobre temas específicos. Além disso, a escolha por analisar PPCs e documentos oficiais está fundamentada em Minayo (2017), que ressalta a importância da investigação documental para identificar processos históricos, práticas institucionais e a evolução de políticas públicas.

Foram comparados dois PPCs anteriores aos programas *Saúde com Agente* (2022) e *Mais Saúde com Agente* (2024) com dois PPCs atualizados por essas iniciativas, identificando a interface com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Essa análise permitiu verificar a relevância da Educação em Ciências no fortalecimento da formação técnica do ACS.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise dos Dados

A formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) antecede o Programa Saúde com Agente. Contudo, foi esse programa, iniciado em 2022, que buscou ampliar em escala nacional a oportunidade de formação na modalidade de Educação a Distância (EaD), permitindo maior alcance e integração entre diferentes territórios. Importa destacar que conteúdos como epidemiologia, meio ambiente e determinantes sociais da saúde sempre estiveram presentes nas propostas formativas, ainda que de maneira desigual entre municípios. A questão que se coloca é porque, ao longo do tempo, os gestores locais não investiram de forma efetiva na consolidação dessa formação e porque as Escolas Técnicas do SUS não receberam o apoio contínuo do Ministério da Saúde para assumir esse papel estratégico. Nesse cenário, a atualização recente fortaleceu o uso de metodologias ativas, como a problematização e o ensino híbrido, bem como o acesso a plataformas digitais que aproximam os ACS de experiências em diferentes regiões. Apesar desses avanços, permanecem desafios relacionados às condições de trabalho, à sobrecarga de atividades e à necessidade de reconhecer o ACS como sujeito essencial na promoção da saúde. A incorporação da Educação em Ciências nesse processo não representa novidade absoluta, mas ganha relevo por promover uma leitura crítica da realidade, ampliar a capacidade de

intervenção nos territórios e reforçar os princípios do SUS. Conforme defendem Delizoicov *et al.* (2012), ensinar Ciências sob a perspectiva da cidadania é formar sujeitos capazes de transformar sua realidade, o que é central para o trabalho dos ACS. Nos PPCs analisados, a Educação em Ciências aparece de maneira estruturante em temas como anatomia e fisiologia humana, microbiologia e imunologia, saúde ambiental, vigilância epidemiológica, saneamento básico, saúde da mulher e da criança, e promoção de práticas alimentares saudáveis. Esses conteúdos não apenas asseguram a compreensão científica dos processos saúde-doença, mas também subsidiam a prática educativa dos ACS nos territórios, tornando-os mediadores entre os conhecimentos técnicos e os saberes populares das comunidades. Dessa forma, os PPCs confirmam que a Educação em Ciências é fundamental na formação desses profissionais, pois garante a articulação entre ciência, cidadania e transformação social, reafirmando a relevância do ACS como protagonista na consolidação do SUS.

4.2 Interpretação dos Resultados

A análise dos Programas Pedagógicos de Curso (PPCs) evidencia que a Educação em Ciências assumiu um papel central na formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), ampliando sua capacidade de compreender de forma crítica os determinantes sociais, culturais e ambientais da saúde. Essa integração entre teoria e prática fortalece a atuação no território, promove autonomia profissional e fomenta uma prática educacional orientada pelos princípios da Educação Popular em Saúde, que valoriza o diálogo e a reflexão crítica sobre a realidade concreta das comunidades (Freire, 1996; Cecim *et al.*, 2004). Nos PPCs analisados, observa-se que a Educação em Ciências está incorporada em diferentes abordagens e conteúdos, como no estudo da anatomia e fisiologia humanas, no entendimento do ciclo de vida das doenças infecciosas e crônicas, nas práticas de saneamento básico e vigilância ambiental, bem como na discussão sobre alimentação saudável, epidemiologia e promoção da saúde. Tais temas indicam que a Educação em Ciências é fundamental na formação dos ACS, pois permite relacionar conceitos científicos às condições de vida da população, subsidiando ações educativas e preventivas no território. Dessa forma, os PPCs confirmam que a inserção desses conteúdos científicos é decisiva para consolidar a identidade formativa do ACS como educador em saúde, capaz de articular saberes técnicos e populares em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) demonstra avanços significativos na consolidação da Atenção Primária à Saúde e na promoção da saúde comunitária. Programas recentes, como Saúde com Agente e Mais Saúde com Agente, ampliaram o acesso à formação, atualizaram o currículo e incorporaram conteúdos que respondem às novas demandas sociais, epidemiológicas e territoriais. Entre os temas incluídos estão equidade de gênero e raça, saúde mental, práticas integrativas, agroecologia e segurança alimentar, ampliando a atuação dos ACS para dimensões sociais, culturais e territoriais.

A integração entre teoria e prática fortaleceu a atuação no território, promovendo maior autonomia profissional e capacidade crítica para intervir nas comunidades. Apesar desses avanços, persistem desafios como sobrecarga de trabalho, falta de tempo e infraestrutura para estudo, além da valorização insuficiente da categoria. A consolidação de uma formação técnica crítica e integrada à realidade dos territórios depende de apoio institucional contínuo, financiamento adequado e políticas públicas consistentes que garantam a efetividade dos programas formativos.

Em síntese, a formação técnica dos ACS vai além da transmissão de conhecimentos técnicos, envolvendo o desenvolvimento de competências sociais, pedagógicas e territoriais que fortalecem a promoção da saúde. Uma formação estruturada, crítica e integrada contribui para a construção de comunidades mais conscientes e participativas, consolidando o papel dos ACS como agentes essenciais para a melhoria da saúde e da qualidade de vida nos territórios em que atuam.

REFERÊNCIAS

Bogdan, R. C.; Biklen, S. K. (1994). *Investigação em Educação: uma abordagem qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 51, de 19 de novembro de 2006. Altera dispositivos da Constituição Federal relativos à carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 nov. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Saúde com Agente. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/acs/agente>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Ceccim, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

Dantas, Vera Lúcia de Azevedo; REZENDE, Regiane; PEDROSA, José Ivo dos Santos. *Integração das políticas de saúde e educação*. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/QzGCDMBYKsnfY8qtGBRmn5F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06.set.2025.

DIAS, M. N. F.; O olhar do agente comunitário de saúde para a sua formação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n.24, p.1-20, e14071, Out. 2024. ISSN 2447-1801

Delizoicov, Demétrio; ANGOTTI, José André. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

Portal do Professor. *Educação em saúde e agentes comunitários*. 2025. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012177.pdf>. Acesso em: 06.set.2025.

Olinda, Ercília Maria Braga de. *A escola e a saúde: educação em saúde e cotidiano escolar*. São Paulo: MEC, 2020. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012177.pdf>. Acesso em: 06 set.2025.

Minayo, M. C. de S. (2017). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14ª ed. São Paulo: Hucitec.

Pinafo, Elisângela; Nunes, Elisabete de Fátima Polo de Almeida; González, Alberto Durán; Garanhani, Mara Lúcia. Relações entre concepções e práticas de educação em saúde na visão de uma equipe de Saúde da Família. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 201-221, 2011.

Santos, Marcelo. *Analisando o processo de qualificação do ACS*. *Revista Politécnic e Saúde*, v. 4, 2023. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/115096268/Estudos_20de_20politecnicia_20e_20sa_C3_BAde_20-20v.4_20-20Analisando_20o_20processo_20de_20qualifica_C3_A7_C3_A3o_20do_20ACS-libre.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.